

Alexandre Santos Sampaio

# A Não Incidência da Licitação nas Empresas Estatais

O embate entre a liberdade  
empresarial e a licitação pública

**2ª Edição Revista e Atualizada**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright ● 2021 Alexandre Santos Sampaio

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

S192n

Sampaio, Alexandre Santos

A não incidência da licitação nas empresas estatais : O embate entre a liberdade empresarial e a licitação pública / Alexandre Santos Sampaio. — 2. ed., rev. e atual. — Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
200 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 171-184.

ISBN 978-65-5510-730-2

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Empresa estatal. 3. Licitação pública – Legislação – Brasil. 4. Princípio da atividade econômica. 5. Controle externo. I. Título.

CDD 342.8106

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

# Sumário

Prefácio.....	XI
Nota à segunda edição.....	XIII
Introdução.....	1
<b>Capítulo 1. A empresa estatal no ordenamento jurídico .....</b>	<b>11</b>
1.1 A competência para legislar sobre licitação .....	11
1.2 Regramento próprio de licitação para as estatais.....	18
1.3 A distinção de tratamento da Administração Pública direta e indireta.....	27
1.4 A observância dos princípios da Administração Pública.....	37
1.5 A Lei de Licitações.....	40
1.6 O Estatuto Jurídico das empresas estatais.....	42
1.7 O regulamento próprio das empresas estatais.....	48
1.8 O dever de realizar prévia licitação .....	49
1.9 Distinção da dispensa, inexigibilidade e não incidência de licitação....	56
<b>Capítulo 2. A não incidência da licitação nas estatais.....</b>	<b>69</b>
2.1 O afastamento da licitação e de todo o seu regramento.....	70
2.2 A venda de produtos e a prestação de serviços .....	86
2.3 As parcerias empresariais .....	90
2.4 Outros casos passíveis de não incidência de licitação.....	99
2.5 Requisitos para a não incidência sob a ótica do TCU.....	107
2.5.1 A atividade-fim da empresa.....	107
2.5.2 A licitação como óbice intransponível ao negócio .....	115
<b>Capítulo 3. O ônus de ser uma empresa estatal .....</b>	<b>121</b>
3.1 Administração Pública empresarial: recursos públicos envolvidos .....	122
3.2 A licitação como parâmetro para a impessoalidade e a moralidade ...	126
3.3 A busca pela ampla competição .....	131
3.4 A necessidade de observância da publicidade .....	133
3.5 O meio termo: inviabilidade de competição.....	134
<b>Capítulo 4. Caso Prático: Fundos imobiliários.....</b>	<b>137</b>
4.1 O início da fiscalização do TCU nos fundos imobiliários.....	139
4.2 Os argumentos restritivos dos auditores do TCU.....	143

4.3 A defesa do Banco do Brasil em prol da liberdade empresarial .....	146
4.4 A decisão favorável dos ministros do TCU .....	152
4.5 Considerações sobre o caso .....	156
<b>Conclusões</b> .....	<b>167</b>
<b>Referências</b> .....	<b>171</b>